



PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO Nº 330/2024

ASSUNTO: ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 409/2023 - SEMSA

REQUERENTE: COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 187/2024 - SEMSA

PROCEDIMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023 - PMB

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

CONTRATADA: GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 1.245/2018, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

DOS FATOS

Chegou a esta Controladoria para manifestação, solicitação para o **ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 409/2023 - SEMSA**, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2023 - PMB, conforme objeto descrito acima

OBJETO

Primeiro aditamento ao **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 409/2023 - SEMSA**, firmado entre a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 34.152.516/0001-73, cujo objetivo é a prorrogação do prazo de vigência por mais **12 (doze) meses**, compreendido entre **22.08.2024 à 21.08.2025**, conforme disposto no art. 57, II, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

I. Consta nos autos:

- Solicitação para o aditivo de prazo com justificativa;
- Cópia da portaria dos fiscais e do contrato;
- Autuação do processo;
- Solicitação à empresa para manifestação de **aceite**;
- Resposta da empresa com manifestação de **aceite** com espelho do e-mail e certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- Despacho à SEFIN, com posterior encaminhamento ao gabinete do secretário para autorização;
- Informação da **dotação Orçamentária**, assim como a **Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira**;
- **Autorização** para realização do procedimento, com posterior encaminhamento à Coordenação de Contratos;
- **Autuação** do processo pela Coordenação de Contratação,
- Minuta do Termo;
- Despacho à Assessoria Jurídica e a Controladoria;
- **Parecer Jurídico** emitido acerca da legalidade do Aditivo, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93.



CONCLUSÃO

Sob o ponto de vista técnico, a justificativa apresentada, não deixa dúvidas sobre a necessidade do procedimento. Portanto não há objeção desta Controladoria para que o aditivo de prazo seja realizado, haja vista foram cumpridas as determinações vigentes.

Ademais, o processo segue revestido das formalidades legais, podendo dar continuidade nos atos sequenciais, vez que, a situação concreta está devidamente documentada e fundamentada conforme a Lei e artigos acima citados. Ressalto que o Aditivo e o fluxo das despesas deverão ser executados fielmente pelas partes tanto do Ordenador de Despesa como do Fiscal do Contrato respondendo cada, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme fundamentado nos art. 66 e 67 da Lei 8.666/93.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Benevides/PA, 30 de julho de 2024.

MARIA DE NAZARÉ SILVA MENEZES

Controladora Geral

Dec. Mun. nº 017/2021 - Mat. 0113593